

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Pernambuco Class.: 42

Data: 20/08/89 Pg.: A-20

Índios em guerra por sua cultura

Massacrados pelo colonizador, no passado, e acoissados hoje pela invasão indistinta de seu habitat, onde a maioria das nações sequer foi contemplada pela demarcação dos territórios, os índios do Brasil caminham para engrossar as massas caboclas miseráveis do campo ou das periferias das cidades. Uma cidadania que lhes vem custando a identidade natural.

Dos três milhões de nativos que compunham a população da Terra de Santa Cruz quando Pedro Álvares Cabral aqui pisou, possivelmente ainda existam 250 mil, poucos em tribos não miscigenadas e aculturadas. De 1900 para cá, 78 grupos desapareceram. No Nordeste - um exemplo característico - a única nação que mantém vivos todos os traços culturais é o Fulni-ô, em Águas Belas, Pernambuco, embora sob profunda influência da civilização branca.

Ayrton Maciel

Nada há que assegure aos povos indígenas brasileiros sua preservação indefinida. O risco de perderem toda a relação com as origens não inquietava ao poder civilizado oficial. Pode-se dizer: interessa (a se deduzir pela leitura de declarações de ministros, fardados ou não). O índio tutelado pelo Estado e sem responsabilidade perante a lei está morrendo, um efeito da perda da língua nativa, dos costumes e da cultura. E quem poderia se preocupar em preservá-los, senão o próprio índio? Foi pelo temor de que seu povo perca definitivamente a identidade que a índia Marilena Araújo de Sá ou Wadjá (Siriema), como adotou e a conhecem os Fulni-ôs, criou a escrita do Yaathé, a língua original da nação, que hoje ensina às crianças das aldeias "como se fosse uma língua estrangeira".

CREPÚSCULO

O crepúsculo das raças indígenas brasileiras é uma realidade de 489 anos. Na região Nordeste, a nação Potiguara, da Paraíba, tem atualmente última população entre 500 e 1000 descendentes, todos com contato integral com os brancos. Os Tuxas, da Bahia, não passam de 100 a 250 índios, da mesma forma aculturados; os Xokós, de Alagoas, também 100 a 250 filhos dos ancestrais nativos, irremediavelmente miscigenados e desgarçados das tradições culturais. Os exemplos se sucedem.

Em Pernambuco, sete são os grupos indígenas distribuídos em 49 aldeias, segundo conta o documento "Política de Educação Escolar Indígena", recém concluído pelo Grupo de Educação Indígena (Grei), formado por professores da rede estadual e o do setor de educação da Fundação Nacional do Índio (Funai). São povos que sofreram diferentes processos de "miscige-

nação e aculturação", e que apesar de sobreviverem ao genocídio empreendido pelo colonizador, conservam só alguns costumes e traços culturais "demonstrados fortemente por certos grupos e fracamente por outros".

Essas nações deixaram de se comunicar na língua nativa, à exceção dos Fulni-ôs, que, embora também sofrendo o intenso contato com a sociedade nacional, conseguiram preservar o Yaathé. Por não terem sido até hoje beneficiados com a demarcação de suas terras, ao contrário dos Fulni-ôs, esses povos indígenas pernambucanos enfrentam permanentemente a invasão do seu habitat, meio de sua subsistência. Com o tempo, foram (e são) levados a compor a mão-de-obra à disposição dos pecuaristas, fazendeiros e posseiros instalados em volta de suas áreas. Para fortalecer a economia de sobrevivência, desenvolvem o artesanato com a argila, as fibras e fios de algodão.

SOBREVIVER

Como todos os povos irmãos nativos, no País, no Nordeste e no Estado, os Fulni-ôs sofreram a influência branca. Apresentam-se miscigenados e aculturados, mas conseguiram um feito fabuloso para si: preservar a língua e os traços culturais. Num paralelo, são os judeus do Brasil, sobreviveram ao desterro. Mas até quando conseguirão manter a proeza da língua incólume sem a escrita e, por consequência as tradições? "Correm o risco de perder tudo", afirma a índia e professora Marilena Araújo de Sá ou Wadjá, numa espécie de sentença, premonição do futuro ante o exemplo dos povos irmãos. "As crianças na faixa de 6 a 7 anos entendem mas não falam a língua Yaathé", revela.

Parece uma contradição:

como entender e não falar? A questão é que o Português predomina nas tribos Fulni-ôs, mas as comunidades preservam a língua nativa. Só que a influência do idioma branco e a falta da escrita para a língua Fulni-ô fatalmente levariam ao desaparecimento da segunda. Na família, as crianças entendem o Yaathé mas não o escrevem, enquanto falam e escrevem o Português ensinadas na escola formal. Sensível à ameaça de ver seu povo desaparecer, Wadjá dedicou-se a um trabalho: criar a escrita da nação.

Professora da Funai entre as aldeias Fulni-ôs, com o curso de magistério, Marilena Araújo de Sá, filha de pais indígenas, Wadjá para os irmãos de raça (Siriema em Português, numa homenagem a ave que admira), viu há dois anos o sistema de escrita que criou ser reconhecido pelo Núcleo de Estudos Indígenas (NEI) do Departamento de Letras da UFPE. "Ninguém lia até dois anos atrás, nem os adultos", diz a mestra. "Hoje alguns já lêem e escrevem o Yaathé. Antes, primeiro era alfabetizada em Português porque não tinha a escrita.

ESTRANGEIRA

Na única escola bilingüe das aldeias em Águas Belas, Wadjá vive, porém, uma realidade constrangedora que o homem colonizador provocou (na maioria das nações indígenas mais arrasadora ainda, pois extinguiu a língua nativa). "Eu ensino o Yaathé como se ela fosse uma língua estrangeira", lamenta. Esse fato faz com que, depois de criar a escrita, esteja agora empenhada numa nova empreitada: descobrir uma maneira de primeiro alfabetizar seu povo na língua Fulni-ô. "Já comecei a ensinar as crianças no Yaathé", revela. E elas

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Pernambuco Class.: 130

Data: 20/08/89 Pg.: A20 (cont.)

não estão sentindo dificuldade, porque na família falam e entendem. Além disso a mestra vem fazendo um trabalho de conscientização junto aos pais, para que contribuam.

Num trabalho solitário, só a obstinação de um objetivo maior, a preservação dos costumes, da língua e dos traços culturais, pode justificar a devoção. Não há apoio financeiro para as escolas da aldeia (principalmente a de Wadjá), não há ajuda humana nem a contribuição de material didático pela Funai (cadernos, lápis, giz etc). A maior contribuição que a entidade poderia dar está ainda mais longe: "imprimir a escrita Yaathé em livros para as escolas Fulni-ôs".

Os livros seriam distribuídos apenas entre as aldeias - conforme o projeto da professora - com sua impressão sendo acompanhada pessoalmente por ela. "A língua Fulni-ô não pode ser divulgada. A língua pra nós é sagrada", justifica. "Talvez seja por isso que tenha sido preservada", complementa. Mas não desconhece o risco de colocá-las em livro, acontece que para tal argumento há um contra-argumento: "podem roubar o livro, porém será difícil alguém traduzir".

A justificativa mais forte para desejar o Yaathé posto em livro é a crença hoje existente entre os Fulni-ôs de que se a língua não for escrita morrerá. "Os outros índios do Nordeste estão em situação

difícil. A realidade deles está escondida. A língua, a terra e a história são a vida do índio. A influência do branco acaba tudo", destaca. Segundo Wadjá, tem índio que até nega sua identidade, o que acontece inclusive no meio de seu povo.

PERNAMBUCO

Entre as tribos que persistem no Estado, várias não têm mais o conhecimento de sua história e da língua natural. Só os Fulni-ôs preservam tudo, apesar de toda influência da civilização branca. Conforme o documento "Política de Educação Escolar Indígena para o Estado de Pernambuco", que se propõe a sistematizar a educação dos índios de acordo com a realidade de cada grupo, sem deixar de fornecer o ensino oficial, existem 10 escolas funcionando nas áreas indígenas do Estado, com turmas de alfabetização e da 1ª a 4ª séries, mantidas pela Funai e um total de 1300 alunos.

Essas escolas, diz o documento, que não faz ressalva ao trabalho desenvolvido pela índia Wadjá, não apresentam nada que as identifique com entidades específicas a serviços dos índios, pelo contrário, atuam como ruptura, pois ignoram os aspectos sócio-culturais e religiosos dos gru-

pos. As professoras, por falta de orientação, reproduzem o sistema de ensino oficial, que não atende as especificidades de cada um e nega o direito à manutenção da identidade diferenciada. Além do currículo inadequado, só os Fulni-ôs têm seu calendário escolar específico, o que determina nas outras nações a baixa frequência e o fraco rendimento.

Reconhece a Funai - no documento - que apenas os Fulni-ôs são servidos por uma escola dedicada a preservar a cultura e tradições de seu povo, atendendo atualmente a 178 alunos. Nela foi iniciada a organização de um arquivo histórico da vida da nação. O processo de sistematização proposto, todavia, dificilmente fará com que alguma tribo resgate sua língua.

De toda forma, um passo tardio, mas um passo que pretende preservar o pouco que resta dos traços culturais indígenas em Pernambuco. As metas prioritárias sugeridas pelo Grei incluem o reconhecimento das escolas indígenas a ampliação do atendimento escolar, a capacitação do docente, o melhoramento do espaço físico e a impressão e divulgação do material didático produzido. Não há referência explícita sobre a impressão da escrita Yaathé criada pela índia Wadjá.

Em Pernambuco, os povos indígenas concentram-se principalmente nas áreas do Agreste e Sertão, num total de 15.862 índios. A distribuição é a seguinte:

- Kapinavá - 354 índios sedlados na aldeia Mins Grande, em Buique;
- Pankararú - 3.478 índios na comunidade Brejo dos Padres, em Tacaratu;
- Kambiwá - 1.108 índios que residem na Baixa de Alexandra, em Iimirim;
- Truká - 999 índios habitantes da Ilha de Assunção, em Cabrobo;
- Xucuru - 3.445 índios situados no sítio São José, em Pesqueiras;
- Fulni-ô - 2.788 índios com aldeias em Aguas Belas;
- Atikum - 3.852 índios que habitam a Serra do Umá, em Floresta.



Wadjá criou a escrita Yaathé e a ensina às crianças